



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE
DIRETORIA DE POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
INCUBADORA UNIVERSITÁRIA DE EMPREENDIMENTOS ECONOMICOS SOLIDÁRIOS
CAMPUS I CUITÉ

UFPG/BIBLIOTECA

**AGRICULTURA FAMILIAR: EJA E A ECONOMIA
SOLIDÁRIA COMO VALORIZAÇÃO DESSAS MÃOS QUE
TRABALHAM**

Odete da Costa Ferreira Oliveira

**Cuité - PB
2013**

ODETE DA COSTA FERREIRA OLIVEIRA

UFCG/BIBLIOTECA

**AGRICULTURA FAMILIAR: EJA E A ECONOMIA
SOLIDÁRIA COMO VALORIZAÇÃO DESSAS MÃOS QUE
TRABALHAM**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Educação de Jovens e Adultos com Ênfase em Economia Solidária no Semiárido Paraibano, como pré-requisito para a obtenção do título de Especialista.

Orientador: Prof. Dr. José Justino Filho

Cuité - PB
2013



Biblioteca Setorial do CES.

Julho de 2021.

Cuité - PB

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA NA FONTE
Responsabilidade Jesiel Ferreira Gomes – CRB 15 – 256

O48a

Oliveira, Odete da Costa Ferreira.

Agricultura familiar: EJA e a economia solidária como valorização dessas mãos que trabalha. / Odete da Costa Ferreira Oliveira – Cuité: CES, 2013.

40 fl.

Monografia (Curso de Especialização em Educação de Jovens e Adultos com ênfase em Economia Solidária no Semiárido Paraibano) – Centro de Educação e Saúde / UFCEG, 2013.

Orientador: Dr. José Justino Filho.

1. Economia solidária. 2. Agricultura familiar. 3. Educação.

I. Título.

CDU 330.873

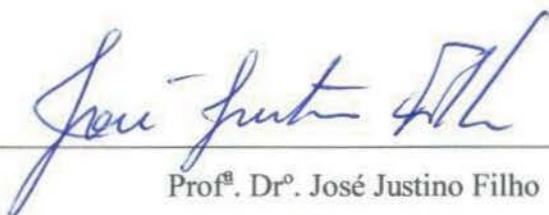
ODETE DA COSTA FERREIRA OLIVEIRA

**AGRICULTURA FAMILIAR: EJA E A ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO
VALORIZAÇÃO DESSAS MÃOS QUE TRABALHA**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Educação de Jovens e Adultos com Ênfase em Economia Solidária no Semiárido Paraibano, como pré-requisito para a obtenção do título de Especialista.

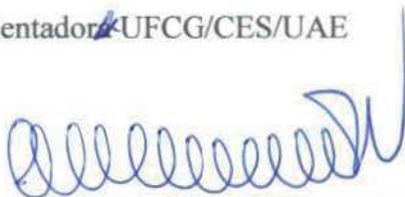
Aprovada em 30 de setembro de 2013.

BANCA EXAMINADORA



Prof.^a Dr.^o. José Justino Filho

Orientador UFPG/CES/UAE



Prof. Dr.^o. Ramilton Marinho Costa

Examinadora UFPG/CES/UAE



Prof. DSc. José Carlos Oliveira Santos

Examinador UFPG/CES/UAE

UFPG/BIBLIOTECA

AGRADECIMENTOS

Agradecer primeiramente a Deus, o centro e o fundamento de tudo em minha vida, por renovar a cada momento a minha força e disposição e pelo discernimento concedido ao longo dessa jornada.

Ao meu esposo, Marinézio, pacientemente sempre me dando conselhos, força, coragem e incentivo.

As minhas filhas: Vanessa e Priscila e ao meu filho Luiz Neto, por estarem sempre iluminando de maneira especial os meus pensamentos me levando a buscar mais conhecimentos.

Aos meus professores e orientadores dessa Especialização, enfim, a todos que de alguma forma ajudaram, agradeço por acreditarem no meu potencial.

Às pessoas que entrevistei para a elaboração do presente trabalho pela confiança e dedicação à mim dispendidas.

E não deixando de agradecer de forma grata e grandiosa meus pais Otaciano em Benedita (In memoriam) a quem eu agradeço por ser essa pessoa que sou hoje, e por eles terem me repassados os verdadeiros valores da vida, e me ensinaram a nunca desistir de sonho.

RESUMO

O trabalho objetiva estudar a organização da produção familiar rural do estado da Paraíba, especificamente no município de Picuí, além de compreender as perspectivas da Agricultura Familiar na atualidade. As informações presentes no referido trabalho, se deram por meio de aplicações de questionários e entrevistas, realizadas com os pequenos agricultores que sobrevivem da agricultura familiar, sendo registradas aqui, suas plantações, suas hortas e suas propriedades através de fotos. A pesquisa realizada tratou-se de uma pesquisa teórica de caráter qualitativa onde se procurou apresentar conceitos e demais informações relativas à agricultura familiar. Teve como resultado O tema escolhido tem uma importância fundamental em nosso estado, tanto para a produção de alimentos, como social, cultural e econômica, por isso, faz-se necessário investimentos e principalmente, reconhecimento da área.

Palavras-chave: Agricultura Familiar; Economia Solidária; Educação.

ABSTRACT

The work aims to study the organization of rural family production of Paraíba state, specifically in the city of Picuí, and understand the perspectives of Family Farming today. Since the objective of this work was to inspire the social trajectory of my family. My parents were farmers in the municipality of Picuí, and they learned the techniques of dealing with the land without harming nature. I chose to leave the countryside to live in the city, due to the lack of public policy perspective to better develop this activity, this attitude prevented me doing courses for the cultivation of the land. With regard to these family issues, they always prompted me to seek a broad academic knowledge in political processes partners that allow me emergenciar recognition of family farming in the municipality of Picuí, accordingly the questions led me to disseminate projects family farmers to mobilize political actors and representatives to focus on access to land and the public credit modern techniques.

The information present in this work is given by application of questionnaires and interviews conducted with small farmers surviving family farming, being recorded here, their crops, their gardens and their properties through photos. Seen it, it is a theoretical research of qualitative character, which sought to present concepts and other information relating to family farming. The theme is of fundamental importance in our state, both for food production, such as social, cultural and economic, so it is necessary investments and especially recognition of the area.

Keywords: Family Farming, Solidarity Economy, Education.



SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS	6
LISTA DE GRÁFICOS	6
1 INTRODUÇÃO	7
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	9
2.1 REVISÃO DA LITERATURA E TEORIA DE BASE	9
2.2 DEFINIÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO	12
2.3 CONCEITO DE AGRICULTURA FAMILIAR	13
2.3.1 O PROCESSO HISTÓRICO E OS DETERMINANTES DA AGRICULTURA FAMILIAR NA ATUALIDADE	13
2.3.2 PERSPECTIVAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR	16
2.3.3 POLÍTICAS PÚBLICAS E A PRODUÇÃO FAMILIAR	18
2.4 AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL E NO NORDESTE	19
2.5 AGRICULTURA FAMILIAR NA PARAÍBA	20
2.5.1 Caracterizando o Estado	20
2.5.2 Situação da agricultura familiar paraibana	21
3 METODOLOGIA	23
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	24
4.1 Caracterizando a cidade	24
4.2 Perfil dos agricultores em Picuí	24
4.3 CONSIDERAÇÕES SOBRE A ENTREVISTA REALIZADA NO SÍTIO CARAIBEIRA	28
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	30
6 REFERÊNCIAS	31
APÊNDICES	35

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Agricultora comercializando na feira livre de Picuí – PB produtos da agricultura familiar.....	35
Figura 2: Cultivo de alface da agricultura familiar.....	35
Figura 3: Colheita de pimentões da agricultura familiar.....	36
Figura 4: Uma das famílias entrevistadas que utilizam a agricultura familiar para seu sustento.....	36
Figura 5: Cultivo de coentro da agricultura familiar.....	37
Figura 6: Parte da paisagem da seca que assola a região.....	37
Figura 7: Cultivo da alface da agricultura familiar.....	38
Figura 8: Cultivo da couve da agricultura familiar.....	38
Figura 9: Cultivo de plantas medicinais da agricultura familiar.....	39

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Brasil: Participação (%) da agricultura familiar e patronal no número de estabelecimentos, na área, no valor bruto da produção e no total do financiamento agropecuário. 1995/96	19
Gráfico 2: Paraíba: Distribuição percentual do número e da área dos estabelecimentos agropecuários, segundo grupos de área total – 1995/1996.	23
Gráfico 3: Faixa Etária dos agricultores entrevistados	25
Gráfico 4: Grau de escolaridade dos agricultores entrevistados.....	26
Gráfico 5: Tamanho da Propriedade dos Agricultores entrevistados (em Hectares)	26
Gráfico 6: Renda mensal dos Agricultores entrevistados.....	27
Gráfico 7: Porcentagem dos Agricultores que são Beneficiados com alguma política pública do governo	28

1 INTRODUÇÃO

No setor primário da economia de um país, a agricultura exerce grande importância como fonte geradora de alimentos, emprego e renda. A chamada agricultura familiar é um setor bastante antigo, mas que por sua vez, com o passar do tempo foi se rompendo os preconceitos e se modificando. Pode-se dizer que atualmente a mesma possui um novo conceito, passando a ser utilizada com frequência nos discursos dos movimentos sociais do meio rural, por instituições governamentais e por estudiosos das Ciências Sociais que se ocupam de análises do meio rural. (DIAS, 2012)

Quanto ao conceito de Agricultura Familiar, pode-se afirmar que o mesmo é relativamente recente no Brasil, observa-se que antes se falava em pequena produção, pequeno agricultor, agricultura de baixa renda ou de subsistência e até mesmo o termo camponês. Denardi (2001). Contudo, dizer que estas são as características essenciais da agricultura familiar é na verdade desconhecer os traços mais importantes do desenvolvimento agrícola tanto no Brasil como em países capitalistas avançados nos últimos anos.

O conceito contemporâneo de desenvolvimento sustentado, com base no tripé da sustentabilidade (econômico, social e ambiental), privilegia o desenvolvimento humano. Cabe à agricultura, principalmente a familiar, a desconcentração de renda, geração de divisas, a criação de ocupações produtivas, o aumento da produtividade e da qualidade e a diversificação e verticalização da produção. Contribuindo assim, para uma forma de produção onde haja no campo um desenvolvimento, não somente um crescimento (BRAVO, 2002).

Pode-se afirmar que os empreendimentos familiares têm como característica principal a administração pela própria família; e neles a família trabalha diretamente, com ou sem o auxílio de terceiros. Assim, conclui-se também, que um estabelecimento familiar é, ao mesmo tempo, uma unidade de produção e de consumo. O presente trabalho tem como meta conhecer e traçar um perfil para a agricultura familiar brasileira baseando em pesquisas de desenvolvimento rural nos últimos anos, e fornecer dados, de uma pesquisa realizada na zona rural do município de Picuí, localizada no interior paraibano.

Atualmente, as condições dos créditos disponíveis para a agricultura familiar são fundamentais para que se consiga dar continuidade ao processo produtivo. A existência de programas de incentivos financeiros aos agricultores como, por exemplo, o programa nacional de fortalecimento da Agricultura Familiar (O PRONAF), este por sua vez, passou a ser a principal política pública do governo federal de apoio ao desenvolvimento rural, por meio do fortalecimento da agricultura familiar, em função de sua importância para a produção de alimentos para o mercado interno, para as agroindústrias e para as exportações brasileiras e, principalmente como geradora de postos de trabalho e renda.

Segundo orientações institucionais, o PRONAF busca construir um padrão de desenvolvimento sustentável para os agricultores familiares e suas famílias, através do incremento e da diversificação da capacidade produtiva, com o conseqüente crescimento dos níveis de emprego e renda, proporcionando bem-estar social e qualidade de vida. Além do que, tem como ponto forte o gerenciamento das ações através da gestão social, cujo objetivo é a promoção de uma melhor gestão do orçamento público, da democratização do crédito, dos serviços de apoio e da infraestrutura necessária à consolidação e à estabilização socioeconômica dos agricultores.

Vale salientar, porém que, a falta de treinamento, acompanhamento, projetos adequados para cada atividade e região específica, coloca em descrédito uma alternativa funcional para o pequeno agricultor, que necessita muito além de produzir para autoconsumo, assim os projetos hoje no mercado necessitam não só fornecer crédito, mas também, fazer o acompanhamento administrativo e técnico, pois somente desta maneira, pode-se proporcionar ao agricultor uma chance de se inserir no mercado de produtos agrícolas e que sua importância não se restrinja somente a produzir, mas também em promover uma oportunidade para pessoas simples e com conhecimentos empíricos, porém relevantes, de poderem viver dignamente do seu próprio trabalho, evitando assim, a sua expulsão do meio rural em direção á periferia dos centros urbanos.

Por fim, deve-se avaliar que na situação atual do Brasil, apesar de todas as mudanças ocorridas e das oportunidades perdidas, uma grande massa de produtores familiares depende de atividades agrícolas e derivadas para sobreviver. As oportunidades de emprego rurais não-agrícolas, que não são induzidas pela

expansão agropecuária, que devem certamente ser estimuladas, estão limitadas pela elevada concentração de renda e riqueza que caracteriza o país. Portanto, para a eliminação da pobreza no campo e da redução da pressão migratória sobre as cidades, faz-se necessário um projeto de desenvolvimento rural apoiado na produção familiar. Produção familiar que se encontra hoje em grande medida descapitalizada ou pouco capitalizada, mas que, repetindo, nenhum óbice tecnológico impede que inicie um processo de modernização e se torne progressivamente média e grande à medida que se eleva o custo de oportunidade (GUANZIROLI, 2001, p. 42).

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 REVISÃO DA LITERATURA E TEORIA DE BASE

A teoria de base do referido trabalho está fundamentado no artigo de Paul Singer: *A economia Solidária como ato pedagógico*. Segundo o mesmo, a Economia Solidária pode ser pensada como um modo de produção ideado para superar o capitalismo. Sendo assim, para entender a lógica da primeira é preciso examinar a do último. A pedra de toque do capitalismo é a propriedade privada dos meios de produção, mas não de qualquer meio de produção. Trata-se especificamente dos meios "sociais" de produção, ou seja, dos que só podem ser operados coletivamente.

A propriedade privada de meios "individuais" de produção caracteriza a pequena produção de mercadorias, não o capitalismo. Agricultores familiares, garimpeiros, artesãos, catadores de lixo e tantos outros trabalhadores, que possuem seus próprios meios de produção, não se confundem com o capitalismo, antes, antepõem-se a ele e tendem a integrar a Economia Solidária. É o que acontece quando se associam, de forma igualitária, em geral para aproveitar as vantagens pecuniárias de compras e vendas em comum, sem renunciar à autonomia de produtores individuais ou familiares.

O capitalismo caracteriza-se pela concentração da propriedade dos meios sociais de produção em poucas mãos. Essa concentração dá-se em consequência da lógica dos mercados competitivos, pela qual os ganhadores apoderam-se de parcelas crescentes do mercado e do capital total e os perdedores são expulsos do

mercado e privados do capital que detinham. Em última análise, a livre competição leva a sua própria superação, ao ser substituída por modalidades monopólicas ou oligopólicas de competição.

A concentração do capital tem como contrapartida a formação de uma classe cada vez mais numerosa de 'perdedores', qual seja, de pessoas que não têm meios próprios de produção e que se sustentam vendendo sua capacidade de trabalho aos capitalistas (ou ao Estado). Os capitalistas dependem dos trabalhadores assalariados para que seus capitais produtivos sejam acionados e assim valorizados, assim como os assalariados dependem dos capitalistas (e do Estado) para ser empregados e poder ganhar o sustento próprio e de seus dependentes. Na empresa capitalista, todos os esforços dos trabalhadores dirigem-se a um mesmo fim, o de maximizar o lucro dos donos. Por isso, as relações de produção nesse tipo de empresa tendem a ser autoritárias e antagônicas.

Tanto capitalistas como trabalhadores sabem que o lucro é o que sobra da receita de vendas depois de deduzidas as despesas, entre as quais avultam os salários. Quanto maiores os salários, tanto menores os lucros e vice-versa. Esse antagonismo estrutural de interesses é o motor da luta de classe, que marca o relacionamento entre empregados e empregadores.

A Economia Solidária foi concebida como um modo de produção que tornasse impossível a divisão da sociedade em uma classe proprietária dominante e uma classe sem propriedade subalterna. Sua pedra de toque é a propriedade coletiva dos meios sociais de produção (além da união em associações ou cooperativas dos pequenos produtores). Na empresa solidária, todos que nela trabalham são seus donos por igual, ou seja, têm os mesmos direitos de decisão sobre o seu destino. E todos os que detêm a propriedade da empresa necessariamente trabalham nela.

Essa última condição nega a possibilidade de haver uma classe que viva apenas de rendimentos de seu capital, sem tomar parte no trabalho. Daí deriva a norma de que a empresa solidária não remunera o capital próprio dos sócios e que, quando trabalha com capital emprestado, paga a menor taxa de juros do mercado. Isso significa que os ganhos dos trabalhadores têm prioridade sobre o lucro, que na empresa solidária toma a forma de 'sobras'. Essas são distribuídas por decisão dos

sócios de distintas maneiras, mas nunca de acordo com a participação de cada um no capital da empresa.

A participação no excedente em proporção à parcela do capital da empresa, que cada sócio detém, caracteriza o lucro e, por isso, as sobras de cooperativas (ou outras modalidades de empreendimento solidário) não são lucros. Isso é corroborado pela legislação, que considera a cooperativa como empreendimento sem fins de lucro e, dessa forma, isento de imposto de renda. As relações sociais de produção, no interior da Economia Solidária, pautam-se pela prática da democracia na tomada de decisões. Todos, em princípio, participam delas, cada cabeça tendo um voto. O que requer que todos tenham pleno conhecimento do que se passa com a empresa, não podendo haver, obviamente, "segredo do negócio" (que marca as relações hierárquicas na empresa capitalista).

A situação do trabalhador, na empresa solidária, é o inverso da que vive na empresa capitalista. Nessa, sua responsabilidade limita-se ao cumprimento das tarefas que lhe são designadas; como empregado, ele está excluído dos resultados da firma, sejam esses positivos (lucros) ou negativos (prejuízos). Mas, se a empresa sofre prejuízos contínuos, trabalhadores podem perder parte de sua paga ou o emprego. Desse modo, no capitalismo, o empregado assume um mínimo de responsabilidade pela empresa, sendo excluído do grosso dos lucros, mas nem sempre dos prejuízos.

Na Economia Solidária, cada trabalhador é responsável pelo que ocorre com a empresa, participando plenamente tanto das sobras quanto dos prejuízos. Se as sobras são significativas, parte delas será investida no empreendimento, valorizando a propriedade do conjunto dos sócios; outra parte poderá ser repartida entre eles ou colocada em um fundo de reserva. É a assembleia dos sócios que decide o que deve ser feito com as sobras ou como devem ser cobertos os prejuízos, se houver.

Para o bom funcionamento da empresa solidária, a união entre os trabalhadores é essencial. Como não há hierarquia, disputas e conflitos podem destruí-la. Também não há a supervisão e vigilância de mestres, contramestres, encarregados e quejandos, cuja missão, na empresa capitalista, é disciplinar o trabalhador. No empreendimento solidário, em princípio não deve haver problema de disciplina, pois todos têm interesse no seu sucesso. Mas, na prática há, pois nem

todos mostram a mesma dedicação e diligência e, se alguns são vistos como relapsos, a maioria sente-se explorada e pode reagir com severidade.

De forma geral, há uma inversão completa de situação, quando alguém deixa de ser assalariado e torna-se cooperador. Enquanto assalariado, suas escolhas eram extremamente limitadas, reduzidas quase sempre a ficar ou deixar o emprego. A evolução do salário, promoções ou rebaixamentos, oportunidades de qualificação profissional e muitas outras decisões, que afetam sua vida de trabalho, são tomadas por superiores, por razões que ele desconhece. Quando se torna cooperador, ele passa a ser membro de um coletivo, encarregado de tomar tais decisões.

Na empresa solidária, diferenciais de retirada mensal, divisão de responsabilidades, escolha de gestores e outras decisões que podem alterar a posição de cada um no coletivo sempre são tomadas em conjunto. Cada trabalhador é, nesse sentido, responsável por si, mas também, pelos demais. Isso faz com que aumente muito o conhecimento mútuo dos sócios e a importância de seu inter-relacionamento afetivo. Em mais de um sentido, o empreendimento solidário compartilha de características dos grupos familiares. A fronteira que separa a vida pessoal e íntima de cada um de seu envolvimento profissional é tênue, na medida em que a solução de problemas pessoais depende de decisões tomadas pelo coletivo de sócios. (SINGER, 2005)

2.2 DEFINIÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO

O objeto de estudo é a agricultura familiar no município de Picuí - PB, entretanto, se faz necessário o estabelecimento sobre conceitos básicos para que se possa entender as principais características importantes na distinção de produtor rural e agricultor familiar. Essas características são:

A diferenciação se dá a diversos fatores, que vão desde os recursos naturais das regiões em que se localizam até as mudanças nos padrões tecnológicos das atividades produtivas que desenvolvem (CASTELÕES; 2003).

2.3 CONCEITO DE AGRICULTURA FAMILIAR

O conceito do Dossiê Estatístico elaborado o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA e o Fundo das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação – FAO (1996), define a Agricultura Familiar a partir de três características centrais: a) gestão da unidade produtiva e os investimentos nela realizados são feitos por indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento; b) a maior parte do trabalho é igualmente fornecida pelos membros da família; e, c) a propriedade dos meios de produção (embora nem sempre da terra) pertence à família e é em seu interior que se realiza sua transmissão em caso de falecimento ou de aposentadoria dos responsáveis pela unidade produtiva.

Pode-se perceber nesta abordagem, que se toma como base a relação entre terra, trabalho e família e que é justamente a relação entre estes três fatores que diferenciam a agricultura familiar das outras formas de agricultura. Para alguns estudiosos, o termo agricultura familiar, reflete uma tentativa política de negar o poder de uma categoria social. Nesse sentido, Lima e Figueiredo argumentam que adotar a expressão de agricultor familiar e não de camponês “pode ter sido uma estratégia, em um momento de transição política, uma vez que o camponês é fundamentalmente uma identidade política e ideológica de sujeitos que através dos anos resistiram e resistem a dominação” (LIMA e FIGUEIREDO, 2006, p.59).

Afirmando a existência de divergências no que se refere aos princípios definidores da agricultura familiar, Carneiro (1999) apresenta de uma forma sintética o que a partir de suas análises pode ser considerada por agricultura familiar e acrescenta que parece haver um consenso quando afirma que “por agricultura familiar entende-se, em termos gerais, uma unidade de produção onde trabalho, terra e família estão intimamente relacionados”. (CARNEIRO, 1999, p.329).

2.3.1 O PROCESSO HISTÓRICO E OS DETERMINANTES DA AGRICULTURA FAMILIAR NA ATUALIDADE

Nos dias atuais, a situação em que se expressa a agricultura familiar, no caso brasileiro, é resultado de um processo histórico iniciado a partir da colonização, sendo influenciada principalmente pelos acontecimentos políticos, econômicos e sociais dos últimos séculos e principalmente das últimas décadas. A respeito de tal

UFCCIBLIOTECA

assunto, Lamarche, considerando um quadro mais amplo, disserta que “Evidentemente a exploração familiar tem passado também por profundas transformações nestas últimas décadas, todavia foi bastante afetada pelo caráter ‘conservador’ da modernização agrícola: discriminatório, parcial e incompleto” (LAMARCHE, 1997, p.184).

Tais transformações começam a ser destacadas na década de 1950 de acordo com Grossi e Silva (2002,) a partir da instalação, no Brasil, de indústrias produtoras de insumos para a agricultura (máquinas, adubos químicos e agrotóxicos), onde o Governo montou inúmeros aparatos para incentivar o uso dessas tecnologias. Surge a partir daí a “revolução verde” modelo que preconizava a modernização da agricultura que só veio a se efetivar nos anos 60. Grossi e Silva (2002) ainda afirmam que a partir dos anos 80 do século passado, o apoio do governo às estatais começa a ser sufocado pelas medidas de combate a inflação, apesar de não comprometer o desenvolvimento tecnológico. Na década de 1990 surgem os primeiros resultados do apoio às pesquisas iniciadas na década de 1970, acrescentando novas tecnologias no processo tendo como características o fortalecimento das pesquisas em biotecnologia. Tal modelo não foi suficiente para resolver os principais problemas da agricultura, se por um lado a modernização aumentou a produção agrícola gerando divisas econômicas a partir da exportação, por outro, deixou a margem milhares de agricultores que por vários aspectos, não conseguiram adequar-se ao modelo capitalista de produção.

Visto isso, de Lamarche (1997) chegou a tese de que parte dos pequenos produtores “é excluída do processo de modernização, conservando muitas de suas características tradicionais: a dependência em relação à grande propriedade, a precariedade do acesso aos meios de trabalho, a pobreza dos agricultores e sua extrema mobilidade social”. Por outro lado, segundo o autor, os produtores familiares que se modernizam “devem continuar a assumir a propriedade fundiária e a dependência penosa e ambígua do trabalho do trabalho assalariado, que se constitui geralmente de um ordenado pago à força de trabalho local e somente em alguns raríssimos casos indica uma mudança qualitativa do ponto de vista estrutural” (LAMARCHE, 1997, p.184).

Surgem assim Grossi e Silva (2002), que reforçam a ideia de que dentre os aspectos negativos desse processo vivenciado nas últimas décadas, destaca-se o

êxodo rural ocorrido no Brasil nesse período. Nas lavouras, por exemplo, as atividades que antes eram executadas por “turmas” passaram a ser realizadas por poucas pessoas, deixando milhões de pessoas desempregadas, que não tinham outra opção a não ser a cidade. Outro reflexo é observado na organização do trabalho familiar, o que era atividade de toda a família hoje pode ser executado por apenas uma pessoa.

No que diz respeito ao processo de modernização, pode-se dizer que o mesmo também foi responsável pela inviabilidade da produção, pela baixa competitividade e pelo baixo poder de barganha das propriedades de nível familiar, obrigando muitos desses produtores a venderem suas terras para aventurarem-se nos pequenos, médios e grandes centros urbanos ou sendo obrigados a viver em condições de miséria rural abandonados pelos programas excludentes de incentivo a modernização da agricultura.

Visto isso, é possível afirmar que a agricultura familiar no Brasil surge como uma forma de produção alternativa à monocultura e ao latifúndio do período colonial fortalecendo-se com os impactos sociais, culturais e ambientais ocasionados pela “revolução verde” a partir da década de 1950.

Segundo Peixoto (1998), a agricultura familiar sobrevive ocupando pequenas extensões de terra, utilizando tecnologias rudimentares e destinando a produção, em grande parte, para o consumo familiar. Além disso, também desempenha as funções de produtora de alimentos e de reservatório de mão de obra para os latifúndios. As limitações tecnológicas que, caracterizam os produtores familiares, levaram à formulação do conceito de produção para o autoconsumo, em que, praticamente, não se observa a geração de excedentes.

De acordo com Kwitko (2005), ainda que as maiorias dos agricultores vivam em condições de pobreza, continuam responsáveis por expressiva parcela da produção de alimentos e matérias-primas, sobretudo em regiões como o Nordeste. A eles se somam os trabalhadores sem-terra, inúmeras famílias que perderam suas terras ou seus empregos em atividades agrícolas e lutam para retornar a elas.

Segundo Mussoi (2006, p. 101), a agricultura familiar, pelas suas características “(como produtora de alimentos básicos baratos, como reserva de mão de obra, como consumidora de insumos industriais, e como geradora de um

movimento econômico considerável) é, ao mesmo tempo, importante para o modelo geral, e gradativamente excluída dele”. Mesmo diante dos desafios atuais, a agricultura familiar é forte e contribui significativamente para o desenvolvimento do país.

Fortalecendo essa ideia, foi realizada uma publicação do INCRA/FAO (2000), onde se apresentou dados que revelam que aproximadamente 85% do total de propriedades rurais do país pertencem a grupos familiares. São 13,8 milhões de pessoas que têm na atividade agrícola, praticamente, sua única alternativa de vida, em cerca de 4,1 milhões de estabelecimentos familiares, o que corresponde a 77% da população ocupada na agricultura.

Tomando como base também os dados de Toscano (2003), cerca de 60% dos alimentos consumidos pela população brasileira vêm desse tipo de produção rural e quase 40% do Valor Bruto da Produção Agropecuária são produzidos por agricultores familiares. Cerca de 70% do feijão, 84% da mandioca, 5,8% da produção de suínos, 54% da bovinocultura de leite, 49% do milho e 40% de aves e ovos são produzidos pela agricultura familiar.

Por fim, conclui-se que no Brasil, as políticas voltadas para a agricultura priorizaram os grandes empreendimentos rurais. Carneiro e Maluf (2005) considerando como padrões de medidas de sucesso a quantidade produzida, desprezando os efeitos negativos do modelo. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), programa alternativo sustentado na produção familiar ficou centrado na relação dos agricultores com a produção mercantil, privilegiando-se os considerados “viáveis” economicamente, ou seja, com capacidade de competitividade no mercado.

2.3.2 PERSPECTIVAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR

É inquestionável a importância da agricultura familiar no processo de desenvolvimento rural. Seu potencial na atualidade vai além da produção de alimentos. Discute-se hoje o seu papel na oportunização de ocupação e renda nos espaços rurais, assim como a responsabilidade pela utilização sustentável dos recursos naturais. Dentro dessa perspectiva, devem ser ressaltados os recentes fenômenos que vêm acontecendo no meio rural brasileiro. “Novos espaços surgiram,

permitindo que houvesse inúmeras manifestações sobre o papel da agricultura familiar e do próprio desenvolvimento rural” (FLORES; 2002, p.347).

Ainda nessa perspectiva, “[...] fortalecer a agricultura familiar como expressão social, econômica e política, significa discutir o modelo de desenvolvimento do mundo rural, com todos os seus impactos sobre a área urbana” (FLORES; 2002, p.347).

Cabe ressaltar que o mesmo processo que gerou a exclusão e o abandono do campo por famílias de agricultores, também foi responsável pelo surgimento de uma outra dinâmica no campo que vem apontando caminhos que podem ser considerados como a solução para uma permanência digna de homens e mulheres nesses espaços.

Junto ao avanço tecnológico e a modernização da agricultura surge também a preocupação com o equilíbrio ecológico. Esse processo de produção capitalista tem colaborado com a degradação de ecossistemas, com a extinção de plantas e animais e mais recentemente os novos estudos sobre clima que explicam as catástrofes ecológicas que tem ocorrido em todo o mundo.

Refletindo sobre a importância da agricultura familiar, Mussoi (2006), diz que esse tipo de agricultura “é incompatível com a o modelo de desenvolvimento econômico atual” e acrescenta que “O futuro deste tipo de agricultura, passa por uma revisão profunda paradigma do desenvolvimento que, sem dúvidas, indica para as dimensões da agroecologia e da sustentabilidade como fatores fundamentais de viabilização de um novo modelo agrário e de sociedade, ambientalmente são e com justiça social”.

A necessidade de uma outra lógica na produção e a revitalização dos espaços rurais no âmbito da sustentabilidade e da solidariedade a agroecologia é apontada como a principal alternativa. De acordo com Caporal e Costabeber (2007), nos últimos anos a agroecologia têm sido referência principalmente como expressão sociopolítica. Percebe-se assim, que a concepção de agroecologia vai além de uma abordagem econômica, seu campo é muito mais amplo, pois envolve uma racionalidade em torno de todos os fenômenos que afetam o meio rural como um todo. Pois a transição agroecológica depende da intervenção humana, o que implica não somente na busca de uma maior racionalização econômica-produtiva, com base

nas especificidades biofísicas de cada agroecossistema, mas também numa mudança nas atitudes e valores dos atores em relação ao manejo e a conservação dos recursos naturais (CAPORAL E COSTABEBER; 2007, p.12).

Nesta perspectiva, novas oportunidades de mercado surgem como potencial a ser explorado pela agricultura familiar, de acordo com Flores (2002), "Os produtos tradicionais provenientes da agricultura familiar têm condições de ocupar maiores espaços no mercado local, nacional e internacional, beneficiando-se de valores que sejam agregados aos produtos, [...]" (FLORES; 2002, p.352). De acordo com este mesmo autor, esse produtos são: produtos para alimentação humana com maior menor carga de riscos à saúde; produtos cujo processo de produção reduz danos ao meio ambiente; produtos para alimentação animal com maior menor carga de riscos a saúde; produtos naturais para indústria têxtil, fitoterápicos, corantes etc.; e produtos com valor cultural agregado

2.3.3 POLÍTICAS PÚBLICAS E A PRODUÇÃO FAMILIAR

As políticas públicas para a agricultura familiar surgiram, no Brasil, com maior força, a partir dos anos 90, tendo como fatores determinantes para o seu surgimento, entre outras coisas, a crescente necessidade de intervenção estatal frente à crescente exclusão social e o fortalecimento dos movimentos sociais rurais. Por muito tempo, as políticas de crédito e os subsídios agrícolas privilegiaram alguns setores, beneficiando os grandes produtores em detrimento dos pequenos.

Segundo Blum (2001), uma política agrícola eficiente, que levasse à melhoria das famílias rurais, deveria agir com um modelo que incluísse como principais ações a reforma agrária ou crédito fundiário, assistência técnica adequada, assistência creditícia orientada, educação formal de longo prazo, melhorias na infraestrutura rural, aumento das pesquisas agrícolas para as pequenas propriedades.

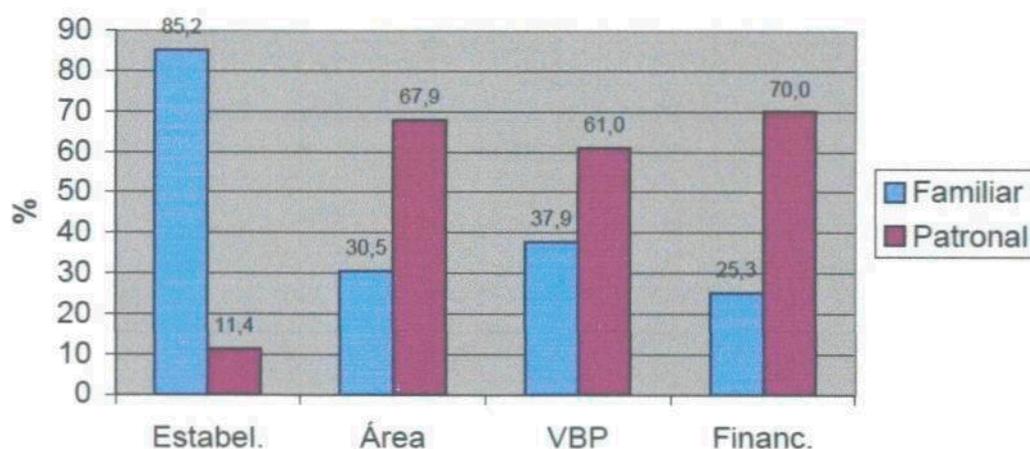
Atualmente, uma das políticas públicas de maior importância para o agricultor familiar é o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Ele surgiu em 1996, a partir da luta de produtores familiares, em busca de uma política pública de crédito específica e diferenciada. O programa permite o fortalecimento da agricultura familiar, atuando com linhas de crédito, assistência técnica e extensão, capacitação e pesquisa. As linhas de crédito rurais são

diferenciadas em custeio (disponibiliza recursos para operacionalização da produção) e investimento (fortalece a base técnica produtiva adquirindo equipamentos e melhoria da infraestrutura).

2.4 AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL E NO NORDESTE

Antes de discutir a importância da agricultura familiar e sua dimensão no estado da Paraíba, vale a pena destacar o comportamento desse tipo de produção em termos nacional e regional. Segundo o Censo Agropecuário 1995-1996, existiam no Brasil cerca de 4,8 milhões de estabelecimentos rurais, ocupando uma área total de 353,6 milhões de hectares. Desse total, o número de estabelecimentos agrícolas familiares representava 85,2% e ocupavam 30,5% da área total. Nota-se também que a agricultura familiar participa com 37,9% do valor bruto da produção, além de absorver apenas 25,3% do financiamento total, como pode ser observado no gráfico a seguir.

Gráfico 1: Brasil: Participação (%) da agricultura familiar e patronal no número de estabelecimentos, na área, no valor bruto da produção e no total do financiamento agropecuário. 1995/96



Fonte: Censo Agropecuário de 1995/1996.

Uma observação mais atenta da estrutura fundiária brasileira permite constatar uma má distribuição das terras também dentro do grupo dos pequenos estabelecimentos. Com efeito, os dados mostram que 39,8% dos estabelecimentos

agrícolas familiares possuem menos de 5 hectares, detendo apenas 3% da área total. Enquanto isso, 5,9% dos pequenos estabelecimentos apropriam-se de 44,7% da área desse grupo. Tal informação evidencia o processo de minifundiarização dos pequenos estabelecimentos, sendo a herança o principal fator responsável por esse processo (ANDRADE, 1998).

No que diz respeito à região Nordeste, tem-se que 88,3% dos estabelecimentos nordestinos estão classificados como propriedades familiares, ocupando 43,5% da área total. Em relação ao valor bruto da produção, os pequenos estabelecimentos geram 43,5% e adquirem 26,8% do financiamento total. É a região que apresenta a menor área média por estabelecimento na agricultura familiar, com menos de 20 hectares. Apresenta, também, as menores rendas médias por estabelecimento, um valor de aproximadamente R\$ 1.159,00 (Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2000).

Sendo assim, podem-se destacar alguns aspectos importantes da pesquisa realizada:

a) O Nordeste concentra, aproximadamente, a metade dos estabelecimentos brasileiros considerados como de agricultura familiar;

b) A sua participação na área dos estabelecimentos familiares, no entanto, restringe-se a 31,6%, o que evidencia que o tamanho médio dos estabelecimentos familiares nordestinos é menor do que o verificado para o conjunto da PFR brasileira;

2.5 AGRICULTURA FAMILIAR NA PARAÍBA

Após essa breve descrição da situação da produção familiar rural no Brasil e no Nordeste, parte-se para uma análise do comportamento da mesma em nível estadual. Antes, porém, serão observadas algumas características básicas relacionadas à Paraíba.

2.5.1 Caracterizando o Estado

A Paraíba localiza-se na porção oriental da região Nordeste, entre os paralelos de 6° e 8° graus de latitude sul, e entre os meridianos de 34° e 38° graus

de longitude oeste, estando incluída na Zona Tropical. Limita-se ao norte com Rio Grande do Norte, ao sul com Pernambuco, a leste com Oceano Atlântico e a oeste com o Ceará. A maior parte do seu território está inserida na região semiárida do Nordeste, identificada como a zona do Polígono da Seca.

O Estado da Paraíba possui uma área de 56.340,9 km², possuindo uma população de 3.641.395 habitantes no ano de 2007. Em dez anos (1996 a 2006), foi constatado um aumento populacional de 335.779 habitantes, representando uma elevação de 10,15%. A Paraíba ocupa o 5º lugar entre os estados do Nordeste em dimensão populacional.

A população paraibana está concentrada na zona urbana, fato ocorrido desde os anos 80. De acordo com o Censo Demográfico, verifica-se que em 1970, 58% da população eram rurais e 42% eram urbanos. Na década de 70 o quadro se inverte.

Segundo os dados do censo de 1980, a população urbana representava 52,7% da população total e a população rural 47,3%. Em 2000, 71% da população paraibana estava concentrada na zona urbana e 39% na zona rural. Esses dados confirmam o fenômeno do êxodo rural, ou seja, um despovoamento do campo e uma concentração populacional nas cidades.

De acordo com dados do PNUD, a Paraíba está entre as regiões consideradas de médio desenvolvimento humano, ocupando a 24ª posição entre os estados brasileiros. O índice de desenvolvimento humano apresentou um crescimento de 17,83%, passando de 0,561, em 1991, para 0,661, em 2000. A dimensão que mais contribuiu para esse desenvolvimento foi a educação, com incremento de 54,2%. A dimensão longevidade apresentou um aumento de 23,7% e a renda, uma variação de 22,1%.

2.5.2 Situação da agricultura familiar paraibana

O Governo da Paraíba, em parceria com o Governo Federal, vem investindo na agricultura familiar com o intuito de reduzir a pobreza no meio rural por meio de programas e projetos que garantem aumento de renda e melhoria da qualidade de vida de milhares de famílias agricultoras. Um exemplo pode ser observado no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). A orientação do Governo da Paraíba para as Secretarias de Educação e Cultura do Estado e dos municípios,

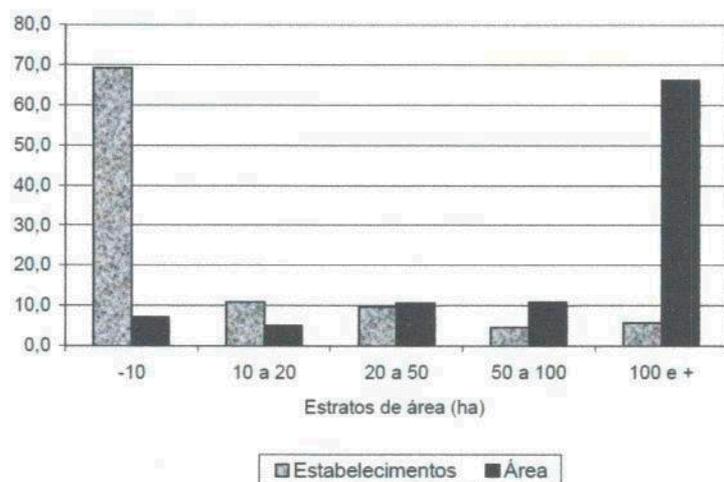
responsáveis pela execução de programa, é para que as escolas cumpram o que determina a Lei 11.974, ou seja, no mínimo 30% dos recursos destinados à alimentação escolar devem ser investidos na compra direta de produtos da agricultura familiar. A intenção do Governo do Estado é aumentar o número de famílias agricultoras beneficiárias do PNAE.

As regiões administrativas que mais se destacam com o PNAE na Paraíba são a de João Pessoa, com a possibilidade de oferta de produtos da agricultura familiar no valor de R\$ 4,5 milhões, e a de Sousa, com R\$ 3,3 milhões. Outro programa que devolveu a esperança ao homem do campo foi o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) principalmente na modalidade Compra Antecipada com Doação Simultânea (CAEAF), que tem por objetivos a garantia do direito humano à alimentação para pessoas que vivem em situação de vulnerabilidade social/ ou insegurança alimentar; o fortalecimento da agricultura familiar, geração de trabalho e renda e a promoção do desenvolvimento local por meio do escoamento da produção para consumo, preferencialmente na região produtora.

De acordo com técnicos da Emater, em 2011, foram elaborados pela empresa 13 projetos na modalidade Doação Simultânea, que beneficiou 14 entidades. Na modalidade Formação de Estoque, foram contemplados 77 agricultores familiares com volume de comercialização de mais de 200 toneladas de alimentos. No PAA leite foram 4.888 agricultores familiares fornecedores beneficiando 120.168 famílias. O montante de recursos nos três programas foi de R\$38.329.730,40.

Observando o gráfico 2, verifica-se que, dos 146.539 estabelecimentos agropecuários paraibanos, mais de 80% destes podem ser caracterizados como explorações familiares, pelo critério do seu tamanho, demonstrando que em relação ao número de estabelecimentos, há uma situação favorável à pequena produção agrícola no Estado. Entretanto, quando considerada a área desses estabelecimentos, tem-se o mesmo problema já observado para o Brasil e o Nordeste: a concentração de terra. A concentração da estrutura fundiária estadual fica evidenciada quando se observa o valor do índice de Gini da ordem de 0,8306. A concentração fundiária é também ressaltada quando se analisa o grupo de estabelecimentos com até 10 hectares: eles representam 69,22% do total de estabelecimentos existentes no Estado, e possuem apenas 7,13 % da área total.

Gráfico 2: Paraíba: Distribuição percentual do número e da área dos estabelecimentos agropecuários, segundo grupos de área total – 1995/1996.



Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 1995/1996.

3 METODOLOGIA

Os procedimentos escolhidos para a condução da pesquisa foram: a coleta de dados através de um questionário aplicado aos habitantes do sítio Carabeira, município de Picuí que utilizam da agricultura familiar. O acesso a este sítio se dá 4 km pela BR-177 e 4 km por uma estrada de chão.

O público entrevistado foram pessoas em sua maioria com a faixa etária entre 36 e 45 anos, com baixa escolaridade, e que mantém o sustento de sua família com a pecuária e a agricultura familiar, onde suas propriedades estão abaixo de 10 hectares.

Quanto ao critério utilizado para a elaboração das perguntas, foi o de buscar uma informação precisa e verdadeira de como tudo acontece na prática, qual o perfil desses pequenos agricultores, qual sua renda mensal, e buscar saber se os mesmos são beneficiados com alguma política pública do governo.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Caracterizando a cidade

Picuí é um município brasileiro no estado da Paraíba, localizado na microrregião do Seridó oriental paraibano. De acordo com o censo realizado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) no ano de 2010, sua população é de 18.222 habitantes, sendo 12.122 habitantes urbanos e 6.100 habitantes rurais. O município possui uma área territorial de 731 km² e está incluído na área geográfica de abrangência do semiárido brasileiro.

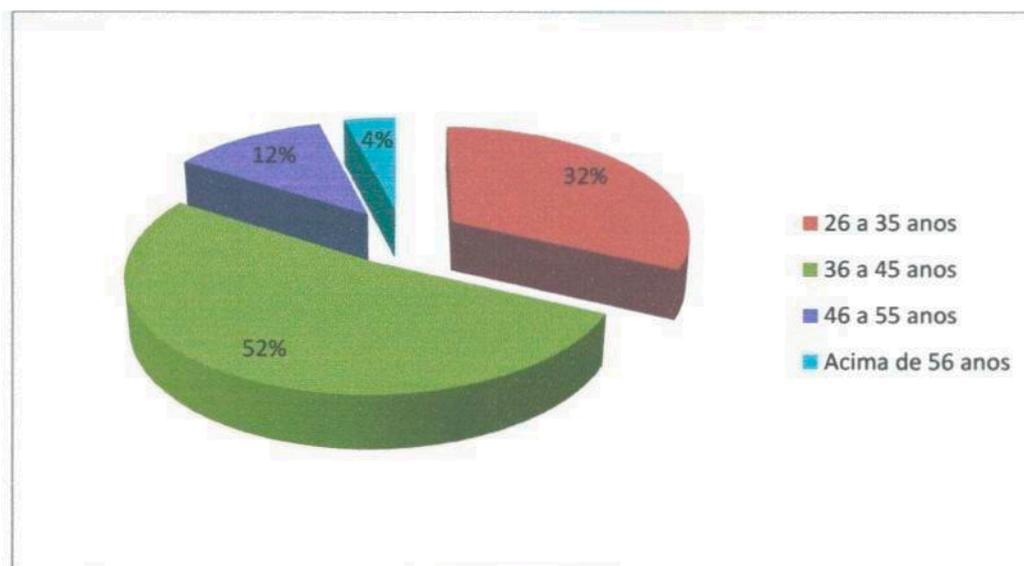
4.2 Perfil dos agricultores em Picuí

Para um melhor embasamento do projeto, identificou-se o perfil de 25 agricultores familiares do município de Picuí, relacionados à: escolaridade, renda mensal, área da propriedade e idade, além de obter a informação se os mesmos são beneficiados com alguma política pública fornecida pelo governo. Esses dados facilitaram a compreensão das características da população a ser trabalhada.

É importante identificar o perfil dos agricultores para elaboração de ações de melhoria que visem ajudar nas dificuldades detectadas. Os cientistas, os pesquisadores ou aqueles que vão atuar com os agricultores, precisam conhecer quem são esses agricultores e o perfil ajuda muito para identificar possível melhoria em relação a que tipo de curso pode ser aplicado e qual capacitação esses agricultores necessitam.

O gráfico 3 destaca a faixa etária dos agricultores pesquisados. A maior parte dos entrevistados, que obteve porcentagem igual a 52% encontra-se na faixa que vai de 36 a 45 anos. A faixa de 26 a 35 anos é representada por 32% dos entrevistados. Para a faixa de 46 a 55 anos obteve-se 12% das respostas, 4 % disseram ter acima de 56 anos e nenhum respondeu pela faixa de até 25 anos.

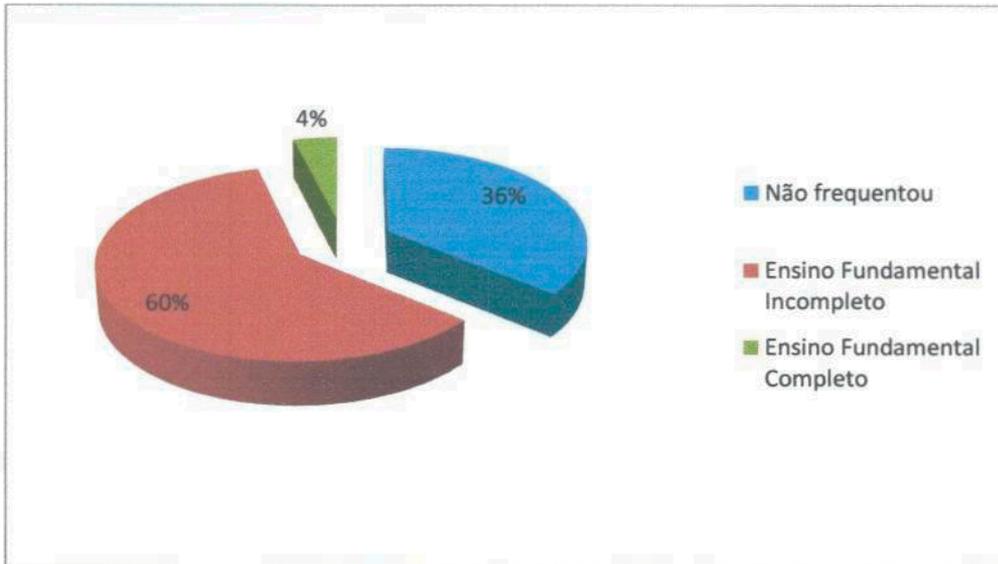
Gráfico 3: Faixa Etária dos agricultores entrevistados



Fonte: Pesquisa aplicada (2013).

Com relação à escolaridade dos agricultores, verifica-se que a maioria (60 %) está na faixa de Ensino Fundamental incompleto. Em segundo lugar, aqueles que não frequentaram a escola (36 %). Em menor quantidade, vem o Ensino Fundamental completo, com 4 %. Os dados podem ser verificados no Gráfico 4, cabe salientar porém, que nenhum dos entrevistados estudaram o ensino médio, nem fizeram um curso superior.

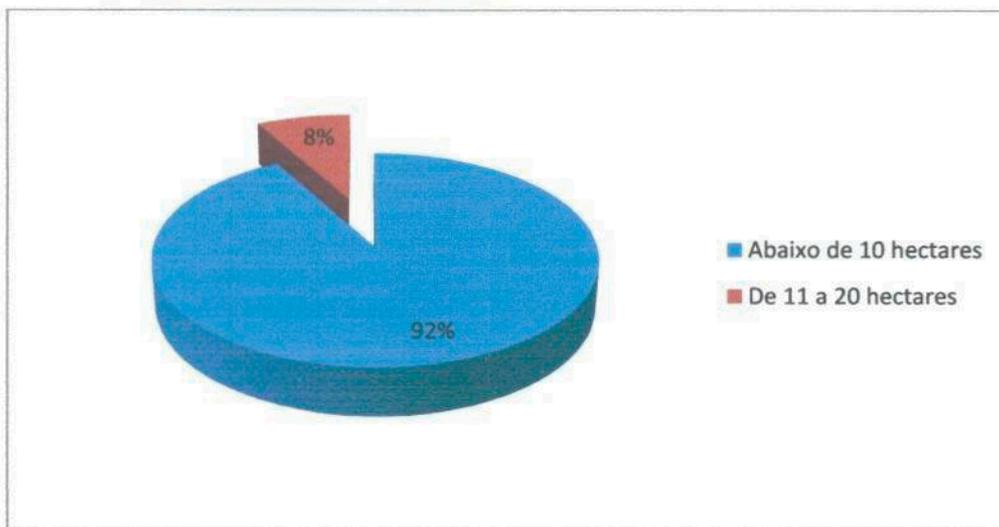
Gráfico 4: Grau de escolaridade dos agricultores entrevistados.



Fonte: Pesquisa aplicada (2013).

O tamanho da propriedade dos agricultores é representado da seguinte forma: 92% possuem propriedades abaixo de 10 hectares; 8% representam a faixa de 11 a 20 hectares.

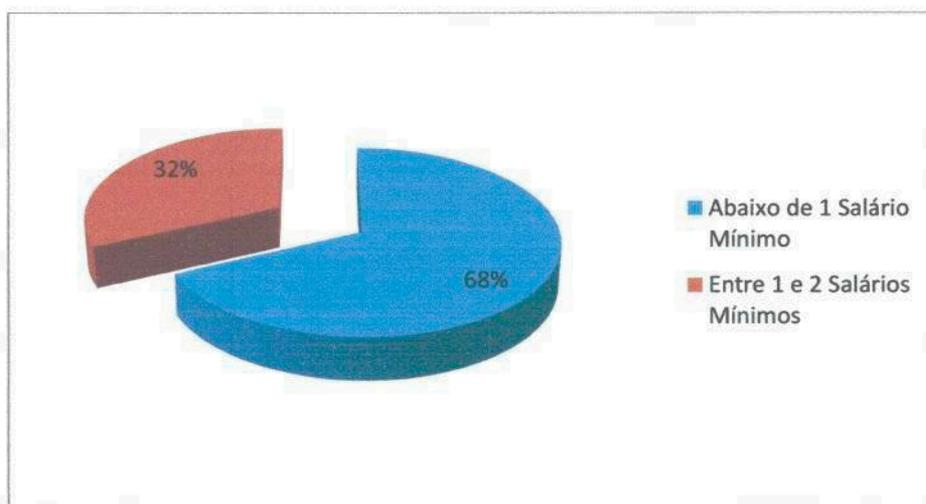
Gráfico 5: Tamanho da Propriedade dos Agricultores entrevistados (em Hectares)



Fonte: Pesquisa aplicada (2013)

Quanto à renda mensal dos agricultores, a maioria (68%) tem um ganho compreendido abaixo de 1 salários mínimo. 32% têm renda entre 1 e 2 salários mínimos.

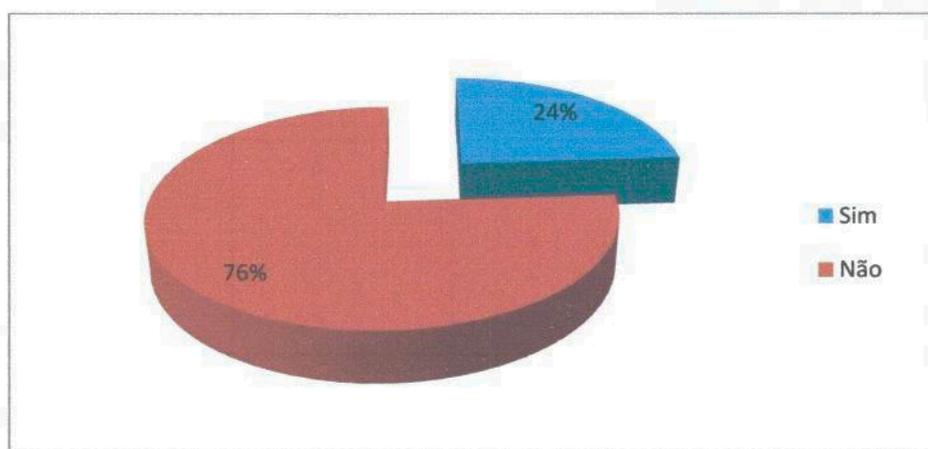
Gráfico 6: Renda mensal dos Agricultores entrevistados



Fonte: Pesquisa aplicada (2013).

No que se diz respeito à ajuda e incentivos propiciados pelo governo, conforme pode ser observado no gráfico 7, os resultados foram bastantes surpreendentes, visto que 76% dos entrevistados, afirmaram que não são beneficiados por nenhuma política pública, e os que afirmaram ter (24%), responderam estarem sendo beneficiados esse ano (2013) pelo programa das cisternas, contudo, sua maioria não encontra-se concluída.

Gráfico 7: Porcentagem dos Agricultores que são Beneficiados com alguma política pública do governo



Fonte: Pesquisa aplicada (2013)

4.3 CONSIDERAÇÕES SOBRE A ENTREVISTA REALIZADA NO SÍTIO CARAIBEIRA

Após fazer uma visita ao sítio Caraibeira, zona rural de Picuí-Pb, observou-se que naquele local, a agricultura predominante, é a familiar, na qual o uso de técnicas e manejo dos recursos naturais caracteriza um conjunto de conhecimento adquirido de geração pra geração.

As áreas cultivadas variam em média de 1 a 3 hectares, sendo utilizadas para cultivo de espécies de hortaliças, frutas, cereais e plantas medicinais. Além de manterem uma área de capoeira, onde é retirada da mesma a pastagem para criação de gado e caprino.

Após a observação dos plantios, foram realizadas algumas perguntas a uma produtora, sobre seu grau de escolaridade, onde a mesma respondeu que só havia estudado até a 4ª série (5º ano), pois quando criança, precisava trabalhar, afim de ajudar no sustento da família, e agora ela gostaria de voltar a estudar, porém não tem escola no sítio que a mesma reside, só na cidade.

Argumentei se a pouca escolaridade não interferia nas contabilidades das vendas, e ela respondeu que não, pois conta com a ajuda da irmã que é professora na rede municipal. Através desta fala, pude sentir os problemas enfrentados por a mesma não ter estudado mais quando criança, e o reconhecimento por parte sua da

importância de frequentar uma escola, e os benefícios que ela trás para nossas vidas.

Ainda na entrevista. Perguntei sobre a ocupação dos membros de sua família, e pôde-se constatar que todos trabalham no cultivo na terra e na criação de gados e caprinos, estes últimos fornecem esterco, que é utilizado para o adubo das plantações. Já o leite é utilizado para a produção do queijo e manteiga, onde no sábado é feita sua comercialização. Com relação ao transporte, o mesmo é próprio.

No que diz respeito ao transporte e a comercialização, a entrevistada relatou que eles possuem um carro, o qual transporta seus produtos até a feira livre de Picuí. Todos os membros da família acordam pela madrugada, colhem os produtos e levam fresquinhos, e a mesma ainda brincou alegando que o segredo de suas vendas serem tão satisfatórias se dava pelo fato de serem produtos de primeira qualidade e livres de agrotóxicos.

Dona Terezinha, disse que se sente realizada com o que faz, pois os lucros garantem o sustento da família e a manutenção das hortas, sendo que ao sábado ela possui um “banco” na feira livre de Picuí, e na semana ainda faz entregas no Hospital Regional de Picuí e em um restaurante.

Concluindo a entrevista, segundo relato de seu Gabriel, naquela comunidade há cerca de 3 anos atrás, existia uma Associação Comunitária Agropecuária, onde o mesmo era presidente. Seu Gabriel alegou que de início, a Associação vinha tendo resultados positivos, mas com o decorrer do tempo, as pessoas deixaram de fazer parte de mesma, resultando assim em sua desativação.

UFCG/BIBLIOTECA

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou entender a organização da produção familiar rural no Estado da Paraíba e o perfil dos agricultores da cidade de Picuí. O estudo tomou como base, teorias que tentaram entender o funcionamento da pequena propriedade agrícola. Observou-se que a agricultura familiar é de grande importância para o Estado, já que é responsável por mais de 80% do emprego rural, como também por, aproximadamente, 40% da produção animal e vegetal paraibana.

Pôde-se constatar que o amor à natureza, o cuidado com o outro, o sonho de crescimento e a força para lutar são ensinamentos fortes, são legados deixados por esses pequenos agricultores familiares. Percebeu-se que os mesmos vivenciam práticas da economia solidária mesmo sem ter conhecimento, nasce assim, a necessidade de que esta atividade seja mais valorizada e tenha mais reconhecimento político, para que mais pessoas possam optar por esse modelo de produção e comercialização.

Por fim, diante da grande importância da agricultura familiar na organização do espaço agrário paraibano, destaca-se a necessidade de um maior suporte de políticas de assistência técnica e creditícia, buscando promover uma maior produtividade neste setor.

6 REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Tempos e espaços nos mundos rurais do Brasil.**

Ruris, Vol. I, Nº1. 2007,p. 37-64.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. **Agroecologia:**

alguns conceitos e princípios. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2007, 24p.

CARNEIRO, Maria José. Agricultores familiares e pluriatividade: tipologias e políticas. In: COSTA, L.F.C.; MOREIRA, R.J.; BRUNO, R. (org.). **Mundo rural e tempo presente.** Rio de Janeiro: Mauad, 1999, p. 325-344.

CARNEIRO, Maria José; MALUF, Renato S. Multifuncionalidade da agricultura familiar. In: Cadernos do CEAM. **Agricultura familiar e desenvolvimento territorial: contribuições ao debate.** Brasília: ano V, n. 17, p. 43-58, fev. 2005.

EVANGELISTA, Francisco Raimundo. **A agricultura familiar no Brasil e no Nordeste.**2000. Disponível em: <

http://www.bnb.gov.br/content/Aplicacao/ETENE/Rede_Irrigacao/Docs/Agricultura%20Familiar%20no%20Brasil%20e%20no%20Nordeste.PDF>. Acesso em: 21/09/2013. 15:04.

FLORES, Murilo. Assistência técnica e agricultura familiar. In: LIMA, Dalmo Marcelo de Albuquerque; WILKINSON, John. (org.). **Inovação nas tradições da agricultura familiar.** Brasília: CNPq./Paralelo. 2002. p.347-360.

GARCIA FILHO, Danilo Prado. **Análise diagnóstico de sistemas agrários: guia metodológico.** Brasília: INCRA/FAO, 199?. 65p.

GROSSI, Mauro Eduardo Del; SILVA, José Graziano da. **Novo rural: uma abordagem ilustrada.** Londrina: Instituto Agronômico do Paraná. Vol. 1, 2002, 53 p.
IBGE. Censo Agropecuário 1995/1996. Número 11 – Paraíba. Ministério do Planejamento e Orçamento: IBGE.

INCRA/FAO. **Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto.** Brasília: INCRA/FAO, 2000.

INCRA/FAO. **Perfil da agricultura familiar no Brasil: dossiê estatístico.** Brasília: INCRA/FAO, 1996.

KWITKO, Evanda Evani Buret; DIAZ, William. **Manual do Assessor de microcrédito rural.** Recife: Sociedade Alemã de Cooperação Técnica–GTZ, 2005.

LAMARCHE, Eughes. **A agricultura familiar: comparação internacional.** Campinas: Unicamp, 1997. 2.ed.

LIMA, Jorge Roberto Tavares de; FIGUEIREDO, Marcos Antônio Bezerra. Agricultura familiar e desenvolvimento sustentável. In: LIMA, Jorge Roberto Tavares de; FIGUEIREDO, Marcos Antônio Bezerra(org.). **Extensão rural, desafios de novos tempos: agroecologia e sustentabilidade.** Recife: Bagaço, 2006. p.57-81.

MUSSOI, Eros Morion. Agricultura familiar, extensão rural e a nova política nacional de assistência técnica e extensão rural. In: LIMA, Jorge Roberto Tavares de; FIGUEIREDO, Marcos Antônio Bezerra (org.). **Extensão rural, desafios de novos tempos: agroecologia e sustentabilidade**. Recife: Bagaço, 2006. p.99-106.

PEIXOTO, Sérgio Elísio: **Histórico da agricultura familiar no Brasil**, Revista Bahia Agrícola, v.2. 1998.

SCHNEIDER, Sérgio. **A pluriatividade e o desenvolvimento rural brasileiro**. Cadernos do CEAM, "Agricultura Familiar e Desenvolvimento Territorial – Contribuições ao Debate". Brasília, ano V, n. 17, p. 23-42, fev. 2005.

SILVA, José Graziano da. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: UNICAMP/Instituto de Economia, 1996.

SINGER, Paul. A economia solidária com ato pedagógico. In: Kruppa, Sonia M. Portella. **Economia solidária e educação de jovens e adultos**. Brasília: Inep, 2005. p.

SOUSA, Michelle André de; SILVA, Jorge Luiz Mariano da. **Análise da distribuição dos recursos do PRONAF Crédito entre as regiões Nordeste e Sul**. In: Economia e Desenvolvimento, Recife, v. 6, n.2, 2007.

TARGINO, Ivan; MOREIRA, Emilia. **Desempenho da agropecuária paraibana na década de 1990**. In CAMPOS, F. L. S. MOREIRA, I. T.; MOUTINHO, L. M. G. A economia paraibana: estratégias competitivas e políticas públicas. João Pessoa: Editora Universitária, 2006.

TOSCANO, Luiz Fernando. **Agricultura familiar e seu grande desafio**. Diário de Votuporanga, Ano 50, nº 12.769, 09 de Outubro de 2003, p. 02. Disponível em: <www.agr.feis.unesp.br/dv09102003.htm> - Acesso em 38 de Setembro de 2013.



APÊNDICES

Fonte: Própria



Figura 1: Agricultora comercializando na feira livre de Picuí – PB produtos da agricultura familiar.

Fonte: Própria



Figura 2: Cultivo de alface da agricultura familiar.

Fonte: Própria



Figura 3: Colheita de pimentões da agricultura familiar.

Fonte: Própria

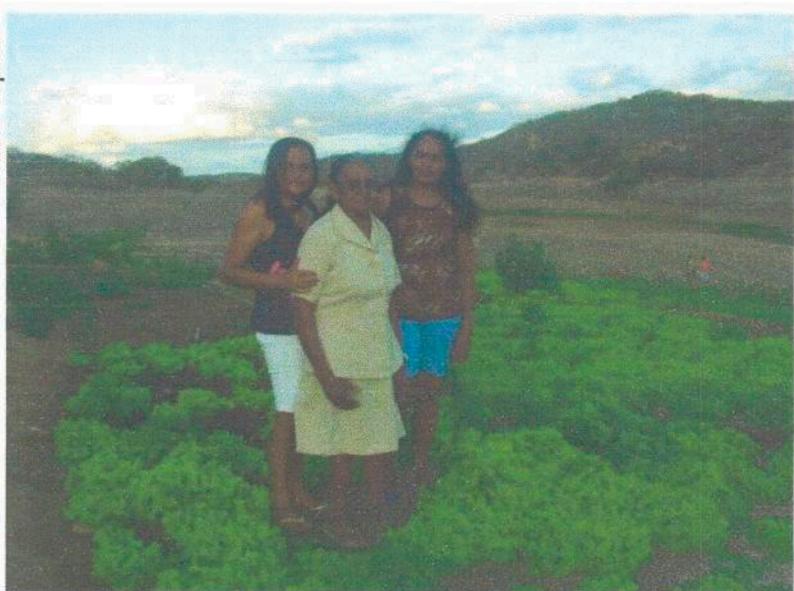


Figura 4: Uma das famílias entrevistadas que utilizam a agricultura familiar para seu sustento.

Fonte: Própria



Figura 5: Cultivo de coentro da agricultura familiar.

Fonte: Própria



Figura 6: Parte da paisagem da seca que assola a região.

Fonte: Própria

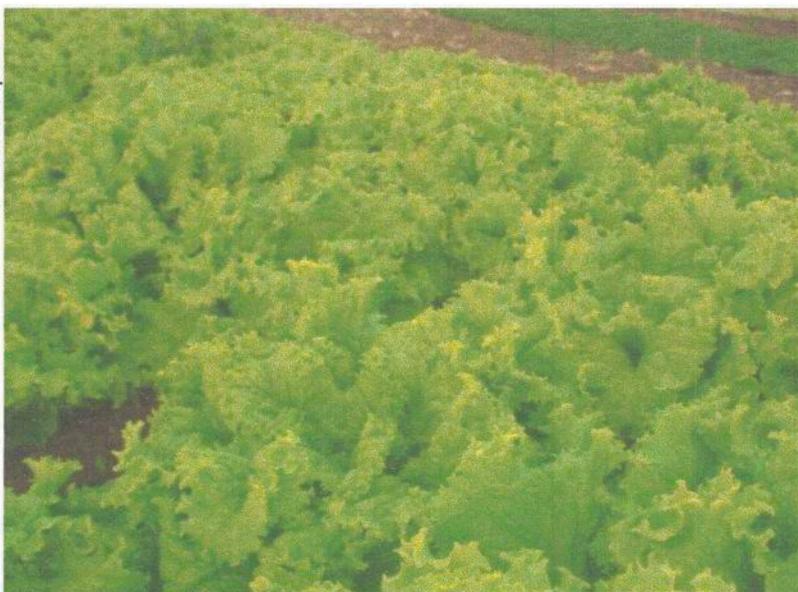


Figura 7: Cultivo da alface da agricultura familiar.

Fonte: Própria



Figura 8: Cultivo da couve da agricultura familiar.

Fonte: Própria



Figura 9: Cultivo de plantas medicinais da agricultura familiar.